

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é uma tentativa de compreensão de como a Arquitetura, tal como se realiza nos dias atuais, tornou-se uma espécie de mercadoria que, à semelhança com outros produtos, tende a estabelecer modelos de vida, padrões de comportamento e de gosto aos indivíduos e reafirmar a ideologia do consumo da sociedade capitalista. Para tanto, a hipótese que será analisada é que essa inserção da arquitetura – que originalmente não se vinculava ao consumo –, na dinâmica do mercado econômico, fez parte de uma mudança na sua concepção que teve início no Renascimento e que se inseriu dentro do processo de racionalização que englobou a sociedade ocidental como um todo e que Adorno e Horkheimer denominaram “Esclarecimento”.

Esse modelo de racionalidade que, segundo Adorno e Horkheimer teve sua origem no próprio mito antigo e se relacionou ao medo dos homens diante das forças ameaçadoras da natureza, tendeu a se estabelecer como um tipo de dominação intelectual da natureza, vinculada, sobretudo, ao desenvolvimento técnico e científico, iniciado no Renascimento, intensificado a partir do século XVII e cujo ápice se deu no contexto da Revolução Industrial. Com a ascensão da burguesia e o estabelecimento do capitalismo, o desenvolvimento racional da sociedade passou a se restringir a um tipo de racionalidade instrumental, atrelada a uma ordenação sistemática e que impôs aos homens um modelo de vida baseado em finalidades práticas. Graças a esse modelo, tudo o que diz respeito ao mundo se inseriu dentro da possibilidade de previsão e de reprodução, ligados a objetivos específicos e, de modo geral, vinculados ao setor produtivo. A possibilidade do “novo” passou a se restringir desse modo, ao previamente planejado, promovendo o empobrecimento das experiências humanas, na medida em que as inseriu no esquema da calculabilidade.

Esse modelo de racionalidade incidiu diretamente na própria formação cultural da sociedade, convertendo-a em instrumento de controle social e também de geração de lucros, apesar da sua postura aparentemente democrática e liberal. Inserida no contexto das finalidades econômicas, a cultura passou a ser fabricada, aos moldes industriais, com o objetivo planejado de manutenção dos indivíduos dentro de um estado de ignorância e alienação que pudesse contribuir para a legitimação do sistema econômico vigente e também para a sua perpetuação de maneira inalterada. Sob esse aspecto, a chamada “indústria cultural”, analisada por Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento*, teria sido um fator decisivo para que o comportamento das pessoas e também as relações sociais passassem a ser uniformizados e determinados pelas leis da produção e do consumo.

Dispondo de uma espantosa força produtiva, que inclui avançados recursos técnicos, a indústria cultural fabrica inúmeros produtos dirigidos aos consumidores, cujas características formais – que podem ser comparadas às obras de vanguarda – lhes valem o título de mercadorias originais e arrojadas, de modo que o próprio culto às novidades tecnológicas, aliado a uma poderosa estratégia publicitária, passam a se constituir como fatores fundamentais para a adesão das massas a essas mercadorias. Além disso, tendo em vista a necessidade de movimentação do mercado, a indústria cultural planeja os seus produtos já prevendo de antemão a sua própria substituição por produtos mais inovadores, de modo que ela induz os consumidores a sempre se lançar em busca das suas novidades. Porém, por trás do aparente avanço e da ilusão de pluralidade dos seus construtos, o procedimento utilizado pela indústria cultural é baseado na estereotipia, responsável por estabelecer a própria homogeneização da cultura.

Para alcançar os seus objetivos, a indústria cultural realiza ainda a estratégia de desqualificar os indivíduos, no que tange às suas características singulares, direcionando as suas mercadorias para grupos de consumidores, definidos através de dados estatísticos e

inseridos numa classificação sócio-econômica, de modo que ela possa disponibilizar produtos adequados, acompanhados de padrões de comportamentos específicos, para cada “tipo” definido por suas pesquisas. Desse modo, a indústria cultural contribui ainda para a própria estratificação social, principalmente quando se atenta para um tipo de fetichismo que ela realiza e que se alicerça na substituição do valor de uso pelo valor de troca, fazendo com que os seus produtos se vinculem ao *status* social.

Ressaltando mais enfaticamente o aspecto ideológico dessa indústria, a própria fabricação e disponibilização de mercadorias estereotipadas e que já contêm conceitos, valores e modos de vida determinados, torna possível apresentar aos consumidores uma “realidade” pronta, ou seja, uma ordenação do mundo pré-estabelecida e que faz com que os indivíduos acreditem ser esta a maneira adequada e única de se lidar com o próprio mundo sensível. Essa característica, que Adorno e Horkheimer denominaram “expropriação do esquematismo” tem inserido os homens num contexto em que os seus próprios julgamentos, que deveriam ser fruto do momento subjetivo de cada um, tornam-se dispensáveis, visto que a indústria cultural substituiu a reflexão individual pelos seus próprios modelos e categorizações. Nesse sentido, a indústria cultural permanece, como afirmaram Adorno e Horkheimer, como um importante instrumento que se utiliza da manipulação das consciências individuais para a própria manutenção do *status quo*. Esses serão os temas analisados no primeiro capítulo dessa dissertação, ou seja, uma compreensão do contexto de surgimento da indústria cultural, bem como um aprofundamento nas idéias que envolvem o seu próprio conceito.

No caso da Arquitetura, assim como as demais categorias artísticas e a cultura ocidental como um todo, ela também se viu inserida no processo de racionalidade típico da consciência moderna. Sendo responsável pela conformação dos espaços que sustentam as experiências humanas, ela se caracteriza não somente por ser um tipo de manifestação

artística – que responde a demandas especificamente estéticas –, mas sobretudo, por dever atender a uma série de finalidades práticas dentro da sociedade. Nesse sentido, iniciando as análises a partir do Renascimento, quando o rompimento com as tradições clássicas começou a se delinear, apontaremos como o desenvolvimento de novas técnicas e de uma nova mentalidade deu início ao processo de racionalização da sua produção, através da definição de momentos diferenciados, tais como a fase de *projeto* e de *construção*. Essa distinção será ainda mais reforçada no contexto da Revolução Industrial, quando o aprimoramento das técnicas de desenho promoveu o rompimento definitivo com o modo de produção característico do período medieval. Soma-se a isso a própria desintegração da “totalidade” arquitetônica que resultou na sua divisão em esferas especializadas, de modo que os arquitetos tenderam a se dedicar a questões meramente artísticas, enquanto que as questões práticas, funcionais e técnicas ficaram a cargo de engenheiros e cientistas, sendo comumente resolvidas através da aplicação de procedimentos científicos.

Com o desenvolvimento da Arquitetura Moderna, a fragmentação da arquitetura aumentou ainda mais, embora não mais se tratando da divisão que se estabelecia entre os aspectos estéticos e funcionais, tendo em vista o esforço dos arquitetos modernos em re-unificar essas duas vertentes da arquitetura. Aliando o conceito de forma ao de funcionalidade, as regras a serem seguidas na produção da arquitetura – e também dos objetos utilitários – passaram a ser tanto a lógica industrial quanto a total economia dos meios. O desenvolvimento de um novo método construtivo que consistiu numa espécie de “ossatura estrutural” possibilitou não só a realização de edifícios cada vez mais altos, mas principalmente, a standardização e a reprodução em série da arquitetura, que passou a se constituir através da síntese dos seus elementos, fabricados separadamente.

Para atender à grande demanda proveniente do crescimento excessivo das cidades, com o necessário custo reduzido, a fabricação em série de moradias contou tanto com o novo

sistema estrutural quanto com critérios que definiram qual deveria ser o mínimo espaço habitável. Desse modo, as necessidades individuais passaram a ser desconsideradas na medida em que um padrão de conforto (mínimo) foi estabelecido sob os parâmetros de uma racionalização (máxima) dos espaços. O conceito de racionalidade se estendeu ainda para a concepção da cidade funcional moderna. Utilizando-se principalmente da possibilidade de reprodução em série da arquitetura, a planificação urbana estabeleceu uma setorização geral para todo o território urbano que novamente se baseou nos parâmetros do funcionalismo.

O emprego das novas técnicas e materiais industriais ocasionou também modificação total dos princípios estéticos vigentes, fazendo com que o novo conceito de beleza se baseasse na lei do funcionamento industrial – clareza estrutural e emprego coerente dos novos materiais. A chamada *estética funcionalista* ocasionou assim a produção de uma arquitetura formalmente adequada aos desenvolvimentos tecnológicos característicos dos novos tempos da “Era da Máquina”. Além disso, como parte da “limpeza estético-moral”, proposta por todos os movimentos de vanguarda, a “Nova Arquitetura” também se constituiu através da recusa completa à utilização de ornamentos nas edificações. Esse será o assunto de análise do segundo capítulo dessa dissertação, ou seja, os resultados da incidência da racionalização sobre a arquitetura e que se dará dentro de uma perspectiva histórica.

Embora a nova concepção de arquitetura tenha de fato contribuído para suprir necessidades concretas do momento em que ela se desenvolveu, ela também consistiu numa alternativa que se adequou totalmente à racionalidade característica da consciência moderna e ao desenvolvimento do modo de produção burguês. Visando empreender um projeto totalizador, baseado não apenas numa realidade construtiva, mas, principalmente num conceito de vida, ela desenvolveu toda uma ideologia progressista vinculada aos princípios do capital industrial. Nesse sentido, as cidades estabelecidas sob a perspectiva do funcionalismo acabaram produzindo uma rigidez separatista, que enquadrou os modos de vida dos

indivíduos e transformou a próprio território urbano em mero suporte para as pessoas habitarem e se locomoverem para o trabalho e para os locais de lazer.

Apesar do programa social e político que se encontrava nas origens do movimento arquitetônico moderno, após a Segunda Guerra Mundial, graças à especulação imobiliária, as idéias dos arquitetos europeus foram incorporadas à sociedade de consumo e condensadas na noção de estilo – uma característica típica da indústria cultural. Transformada em mero formalismo, a arquitetura passou a ser reproduzida em série e de maneira padronizada como as demais mercadorias culturais, contribuindo, sob vários aspectos, para a difusão da ideologia capitalista. Essa nova modalidade de arquitetura, não mais proveniente de uma pesquisa estética e funcional, como era o caso do modernismo original, mas em função de regras do mercado, tendeu a gerar espaços segregadores, restritivos e opressores, cuja concepção já determina de antemão como deverá ser a sua apropriação pelos usuários, não apenas nas habitações, mas também nos espaços de trabalho e de lazer e até mesmo nos espaços públicos, agora também convertidos em espaços controlados.

Soma-se a isso o surgimento da chamada arquitetura *pós-moderna* que, ao mesmo tempo em que rompeu com os preceitos da arquitetura moderna e os substituiu pelo conceito de diversidade estética e cultural, estreitou ainda mais os vínculos entre a produção arquitetônica e a sociedade de consumo. Embora sustentada por um discurso de revalorização das culturas locais, a arquitetura contemporânea tem se caracterizado pela sua despreocupação com questões éticas, realizando-se comumente através de um ecletismo descompromissado, da utilização do pastiche histórico e da alta tecnologia, convertidos em esteticismo e utilizados para promover a *fetichização* do objeto arquitetônico. Seja através da construção de cenários, seja assumindo o lugar de suporte da vasta simbologia que sustenta a lógica do consumo, a produção arquitetônica, agora inserida na dinâmica da *indústria cultural global*, cuja manipulação ideológica das massas assume o caráter transnacional, tem apresentado uma

posição estratégica, na medida em que é capaz de fornecer modelos de comportamento, padrões estéticos, modos de vida “adequados” e vendáveis ao mundo todo. Sendo assim, o tema de análise do último capítulo dessa dissertação será a inserção da arquitetura nos meandros da indústria cultural, que agora passa a cumprir todas aquelas exigências da indústria cultural que foram apresentadas no primeiro capítulo.